UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

ALVIMAR JORGE GUEDES

A ÉTICA COMO FORMAÇÃO NO CURSO DE BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DO CEFD/UFES

VITÓRIA
2020

ALVIMAR JORGE GUEDES

A ÉTICA COMO FORMAÇÃO NO CURSO DE BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DO CEFD/UFES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina Seminário Introdutório de Projetos do Curso de Bacharelado em Educação Física, Centro de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para processo de avaliação.
Orientador: Professor Dr. Ueberson Ribeiro

VITÓRIA

2020

ALVIMAR JORGE GUEDES

A ÉTICA COMO FORMAÇÃO NO CURSO DE BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DO CEFD/UFES

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Educação Física - Bacharelado, do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Educação Física.

Aprovado em 10 de Julho de 2020

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientador: Prof. Dr. Ueberson Ribeiro Almeida

_____

Prof. Dr. José Francisco Chicon

_____

Prof. Dr. Danilo Sales Bocalini

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
DOCETE OMNES GENTES

Resumo

Este estudo investiga como a ética tem sido abordada no Curso de Bacharelado em Educação Física (EF), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). O debate ético no âmbito acadêmico, na organização curricular, nos planos de ensino e de aula e até mesmo na prática docente é indispensável na formação profissional dos estudantes. O objetivo foi investigar e analisar como a questão ética é tratada no Curso de Bacharelado em EF da Ufes na ótica dos docentes. Do ponto de vista metodológico tomamos como ponto de partida a pesquisa documental. Para tanto, buscamos entender como a ética é abordada nos documentos legais, a saber, Resolução CNE/CES nº 07/2004, Parecer CNE/CNS nº 58/2004 e no Projeto Político/Pedagógico atual do Curso de Bacharelado em EF. Em seguida, aplicamos um questionário com a intenção de compreender o entendimento do corpo docente acerca da ética, como eles percebem o tema na formação do aluno de bacharelado em EF e como isso é trabalhado em suas disciplinas. Constatamos que há hiatos entre o que preconizam os documentos legais e curriculares e o que dizem os docentes acerca da Ética como tema e conteúdo das aulas e da formação de bacharéis. Também ficou evidente que os docentes participantes do estudo demonstraram diferentes compreensões acerca da ética.

Palavras-chave: Currículo; Ética; Formação de Bacharéis em Educação Física

LISTA DE ABREVIATURAS

CEFD – Centro de Educação Física e Desportos

CES – Câmara de Educação Superior

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CONFEF – Conselho Federal de Educação Física

CREF – Conselho Regional de Educação Física

EF – Educação Física

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PPC – Projeto Pedagógico Curricular

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO..... 7
2. METODOLOGIA..... 12
3. A RESOLUÇÃO 007/2004 E O PPC (2016) 15
4. Á ÉTICA NA VISÃO DO CORPO DOCENTE..... 18
4.1. A Concepção de Ética**..... 18**
4.2. A Ética na formação do bacharel em educação física**..... 25**
4.3. A Ética em sala de aula**..... 33**
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 43
REFERÊNCIAS..... 45
ANEXOS..... 47
APÊNDICE..... 53

1. INTRODUÇÃO

Minha motivação primeira para estudar Educação Física (EF) foi a paixão que tenho pelo universo dos esportes, tanto na condição de expectador, como na qualidade de praticante assíduo de algumas modalidades esportivas (Corrida, Vôlei, Futebol, Futsal, etc.). E o entendimento dos efeitos das atividades físicas - sejam elas físicas, biológicas, emocionais, etc. - era uma lacuna que eu tinha necessidade de explorar.

Então, em fevereiro de 2014 dei início ao Curso de Bacharelado em EF na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E logo no primeiro dia letivo, no que foi a apresentação do curso e do corpo docente, a coordenadora, (na época a professora Zenólia Figueiredo), orientou a leitura da Resolução CNE/CES nº 07/2004 (BRASIL, 2004) e o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso (versão 2012), além de outros documentos.

Ao estudar as referências acima, percebi nos textos um foco considerável na formação humana do profissional de EF e isso me chamou muito a atenção, talvez influenciado pelas minhas formações anteriores (Filosofia e Comunicação Social). Daí foi inevitável a identificação com as questões citadas naqueles documentos que dialogam com a área das Ciências Humanas, dentre elas, a formação e construção ética do estudante de EF.

Sendo assim, busquei compreender como o Curso de Bacharelado em EF da UFES trata a questão da ética nas disciplinas. Minha intenção foi (re)acender a discussão acerca da importância da dimensão “ética” na formação dos profissionais de Educação Física, assim como potencializar, de forma qualitativa, a discussão acerca do currículo acadêmico do curso.

Ressalto ainda que preferi fazer referência à ética como fenômeno dada à sua magnitude enquanto elemento indispensável e constitutivo do indivíduo, além de sua importância social. Aproveito para admitir seu caráter subjetivo, mas entendo que as instituições de ensino são corresponsáveis pela ratificação dela enquanto teoria e prática.

Reconheço a importância da ética como componente da grade curricular dos cursos de nível superior de uma maneira geral e com este trabalho busquei compreender como a ética é tratada no curso de Bacharelado em EF da Ufes.

A partir de uma análise da grade curricular do curso de Bacharelado em Educação Física, da Universidade Federal do Espírito Santo, é possível constatar que esta não contempla a disciplina de Ética ou algo especificamente direcionado a esse debate. Pressupomos que o tema (ética) esteja pulverizado no conjunto das disciplinas, fazendo parte de planos de ensino, bem como da ação pedagógica de cada professor em sala de aula.

Que o estudo da ética, assim como sua prática, tem sua relevância na construção da cidadania é notório e de fácil constatação, já que os cidadãos cobram – consciente ou inconscientemente – atributos éticos uns dos outros.

Não temos dúvidas de que as instituições de ensino, sejam elas municipais, estaduais, federais ou particulares, precisam contribuir e cumprir com seu papel de construir o cidadão/profissional com embasamento ético visando a prática social e de cidadania, pois além de ser indispensável à sociedade democrática, é prerrogativa legal. Se por um lado, a Lei de Diretrizes Básicas (LDB), em seu artigo 1º, parágrafo 2º, preconiza que "A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social" (BRASIL, 1996), por outro, a Constituição Federal estabelece que:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

É nessa toada que a Resolução CNE/CES nº 07/2004, em seu artigo 6º, parágrafo 1º, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Este documento afirma que o profissional deve "dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da EF e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática" (BRASIL, 2004a, p. 2).

O educador é um agente social. E o profissional da EF não foge à regra. O exercício de sua profissão requer contato estreito e constante com outros sujeitos. Ele se relaciona com os colegas de trabalho, com os personagens do mundo acadêmico e com os outros membros da sociedade, a saber, estudantes, clientes,

empresários, etc. Daí a importância da construção ética do profissional ser abordada na sua formação universitária.

No que tange à Ética, sua definição é tão comumente confundida com Moral que se chega ao ponto de pensar que significam a mesma coisa. Muito embora estejam relacionadas, tratam-se de conceitos distintos. A palavra “ética” vem do grego “ethos” e significa, literalmente, morada, habitat, refúgio. Chauí (1993, p. 284) afirma que para a Filosofia, ela está ligada à índole, ao caráter, à natureza do indivíduo. Ética, então, se refere a um modo de ser, à natureza da ação humana, ou seja, como lidar com as diversas situações que acontecem no dia a dia, como são as relações/responsabilidades com os outros. É uma postura pessoal que pressupõe uma liberdade de escolha: “não se nasce ético. Não se trata de algo natural no indivíduo. É precisamente o caráter cultural da ética que lhe confere sua dimensão moral” (CHAUÍ, 1993, p. 286).

Não é da natureza do homem ser ético. A ética é adquirida ao longo do processo de educação cultural, familiar e acadêmico. Portanto, trata-se de um *ethos* a ser assimilado e integrado aos seios das instituições e processos formativos das sociedades.

A palavra “Moral” vem do latim “moralis” que significa “costume”. Refere-se a algo que se consolidou ou cristalizou como sendo verdadeiro do ponto de vista da ação. Chauí lembra que a moral “é fruto do padrão cultural vigente e incorpora as regras eleitas como necessárias ao convívio entre os membros da sociedade. Regras estas determinadas pela própria sociedade” (CHAUÍ, 1993, p. 286).

E o que seria um comportamento moral ou imoral? Chauí (1993) nos diz que assim como a reflexão ética, uma conduta moral é uma escolha a ser feita. As normas ou códigos morais são cumpridos a partir da convicção íntima da pessoa. Uma pessoa moral age de acordo com os costumes e valores de uma determinada sociedade. Ou seja, por meio desse entendimento, quem segue as regras é um sujeito moral; quem as desobedece, imoral.

Já ética exige uma tomada de decisão em favor da vida que coloca em “conflito” (questão) tradições, convenções e o próprio código moral vigente, podendo contestá-lo, se entendê-lo como ultrapassado ou a serviço da manutenção das relações de poder em favorecimento de determinados grupos, classes ou sujeitos. Ou seja,

> Ética é o questionamento da moral. Ela trata de princípios e não de mandamentos. Ela supõe que o homem deva ser justo. Porém, como ser justo? Ou como agir de forma a garantir o bem de todos? Não há resposta predefinida, mas há sempre uma resposta a ser pensada (CHAUI, 1993, p. 210).

Foi o filósofo Aristóteles (384-322 a.C.) que conferiu a primeira versão sistemática da ética, definindo-a como sendo o compromisso efetivo do homem que deve levar ao seu perfeccionismo pessoal. Trata-se do pacto que se firma consigo próprio de ser sempre mais pessoa. A busca da felicidade, para aquele filósofo, estava diretamente associada ao juízo de apreciação da distinção entre o bem e o mal, o comportamento correto e o incorreto. Para ele, no que tange a existência, deve o ser humano buscar a excelência quando o assunto é ser virtuoso. E é a virtude (*Areté*, em grego) que garantirá uma vida feliz. E a felicidade está na plena realização humana no que ele se propôs realizar, desenvolvendo suas virtudes e sua qualidade de caráter.

A atitude do virtuoso é fazer o bem pelo bem, ou seja, não basta que o ato em si seja virtuoso, mas o fato de ter tomado a decisão de fazê-lo porque é um ato virtuoso. E é na escolha em fazer o bem pelo prazer de fazer que está a felicidade aristotélica:

> [...] é a partir das escolhas deliberadas de alguém que julgamos o seu caráter, isto é, julgamos o caráter de alguém a partir daquilo em vista do que ele age e não a partir da sua ação [...]. E é observando as escolhas que os homens fazem antes que seus atos, que nós os louvamos ou censuramos (ARISTÓTELES, 1973, p. 533).

E é assim, direcionando a discussão ética em torno da delimitação do “bem” e seu significado para a humanidade que Aristóteles conclui que a possibilidade de ser feliz está diretamente relacionada ao conhecimento do bem. Toda arte e todo saber, assim como tudo que fazemos e escolhemos, parece visar algum bem.

> Por isso, foi dito, com razão, que o bem é aquilo a que todas as coisas tendem, mas há uma diferença entre os fins: alguns são atividades, ao passo que outros são produtos à parte das atividades que os produzem (ARISTÓTELES, 2007, p. 109).

A proposta aristotélica pode ser interpretada como uma intencionalidade de humanização do ser humano. E a construção de um indivíduo humanizado, isto é, um ser imbuído de valores e virtudes, é o que o diferencia do estágio inicial de

hominização. Hominizado todo ser humano é visto pertencer à espécie humana. Mas para a efetivação da humanização no ser é essencial seu investimento ético, pois aí residem os valores positivos, o bom caráter e as virtudes, sinônimos de humanização.

Nesse sentido, minha intenção foi Identificar e analisar como a questão ética é tratada no curso de Bacharelado em EF da Ufes, na ótica de seus professores e dos documentos orientadores do curso, uma vez que, como já disse, o estudo da ética não é contemplado por meio de uma disciplina específica.

No âmbito acadêmico, a organização curricular, os planos de ensino e de aula e até mesmo a prática docente precisam ratificar a sua função e o seu papel de humanizadora e visualizar a ética como dimensão fundamental na formação profissional dos estudantes.

Foi pensando nesses termos que elaboramos algumas questões, quais sejam: como a formação em nível superior considera a importância da ética? Ou ainda, quais características a ética assume como “ethos” no trabalho docente pedagógico (ensino) dos professores do curso de bacharelado em EF? O estudo da ética não surge com a intenção de solucionar problemas, mas reconhecê-la como ente científico e como parte integrante do mundo acadêmico, pois como já foi dito, trata-se de um componente ativo no processo de humanização do homem.

2. METODOLOGIA

Nosso ponto de partida para a realização deste trabalho foi uma pesquisa documental. Para tanto, busquei entender como a ética é abordada nos documentos legais, a saber, Resolução CNE/CES nº 07/2004, Parecer CNE/CNS nº 58/2004 e o atual Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso de Educação Física (datado de 2016).

No que diz respeito à Resolução CNE/CES nº 07/2004, o Parecer nº 584/2018 do Conselho Nacional de Educação, aprovado em 03 de outubro de 2018, promove alterações importantes naquele documento. No entanto, como este último documento ainda está em processo de tramitação e as instituições de ensino, por prerrogativa legal, têm dois anos para executar as alterações, preferi construir meu trabalho tendo como base o modelo de 2004.

O PPC é o documento norteador do funcionamento efetivo do curso de Bacharelado em EF. É ele que estabelece os parâmetros, a composição da grade curricular, as disciplinas e suas ementas e a carga horária de cada uma delas. Portanto, é imprescindível o seu entrecruzamento com os demais documentos relativos ao curso, em especial, no que tange o debate ético.

O passo seguinte foi aplicar um questionário com a intenção de compreender o entendimento do corpo docente acerca da ética, como eles percebem o tema na formação do aluno de bacharelado em EF e como isso é trabalhado em suas disciplinas. Com base nas respostas, optei por construir categorias *a posteriori*, o que permitiu análises, que poderiam não acontecer quando aquelas já estão pré-definidas antes do trabalho de campo. Desta feita, nosso questionário foi composto de três perguntas:

1) Qual é o seu entendimento acerca da ética? (ou seja, o que é ética para o Sr/Sra.?);
2) Para o Sr/Sra qual a importância da ética na formação do bacharel em Educação Física? e;
3) Como o Sr/Sra trabalha a dimensão ética em sua disciplina? Por que?

Minha intenção inicial era ouvir todos os professores do curso. O Centro de Educação Física e Desportos (CEFD), de acordo sua página virtual, conta

atualmente com 49 professores efetivos, sendo 24 no Departamento de Desportos e 25 no Departamento de Ginástica. Lá consta que um docente está cedido a outra instituição.

Acontece que assim que iniciei os primeiros contatos, alguns professores não demonstraram interesse em participar da pesquisa ou não retornaram as mensagens (via e-mail), o que é perfeitamente compreensível. Apesar da minha desmotivação inicial com a negativa dos docentes, o jeito foi rever o método.

A meta então seria ouvir 15 professores, o que corresponde a mais de 30% do corpo docente. Daí, optei por um critério aleatório de abordagem e o sorteio foi a solução encontrada. Sendo assim, escrevi o nome dos 24 professores do Departamento de Desportos em um pedaço de papel, enrolei e coloquei em uma caixa. E em outra, o mesmo fiz com os 25 professores do Departamento de Ginástica, sacudindo-as em seguida.

No dia seguinte, as caixas foram sacudidas novamente. Então fui tirando um papel de cada uma, intercaladamente. Desta feita, sete docentes foram sorteados do Departamento de Desportos e oito do de Ginástica. Já em campo, cinco professores se recusaram a participar do trabalho. Três deles alegaram não terem interesse em participar de debate que versa sobre ética e dois afirmaram não ter afinidade com o tema. Os outros dez professores (cinco de cada Departamento), aos quais sou muito grato, aceitaram responder ao questionário. E as respostas deles é o material que serve de base para a discussão deste Trabalho de Conclusão de Curso. Vale lembrar que todos eles já lecionaram alguma disciplina para o curso de Bacharelado em um momento qualquer de sua carreira profissional no CEFD.

Os questionários foram impressos e entregues aos professores que participaram da pesquisa. Eles responderam na minha presença, devolvendo-os em seguida. Seis encontros foram previamente marcados e quatro professores foram localizados em suas salas em muitas buscas que fiz por lá. Todos os encontros com os docentes aconteceram pouco antes do início de seus momentos em sala de aula.

O meu objetivo nesse texto sempre foi discutir as ideias, e não as pessoas/docentes. Então, optei pelo anonimato, por se tratar de um recurso que traz segurança para o participante da pesquisa. Sendo assim, cada professor/resposta foi correspondentemente numerado de 1 a 10, e são dessa forma referidos no decorrer do texto. É oportuno lembrar que todos os docentes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Reitero ainda que este estudo vincula-se ao projeto do orientador, Professor Dr. Ueberson Ribeiro Almeida, intitulado “Arqueologia das Políticas Governamentais e Curriculares de Saúde e Educação Física: práticas pedagógicas em contextos escolares e não-escolares”, CAAE 79261115.00000.5542, aprovado em 01 de dezembro de 2017, pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFES, campus Goiabeiras.

3. A RESOLUÇÃO CNE/CES nº 007/2004 E O PROJETO PEDAGÓGIGO CURRICULAR DO CURSO DE BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA DO CEFD/UFES

Com o objetivo de iniciar nossa pesquisa documental, nos debruçamos sobre dos documentos legais que norteiam o curso de EF, em especial o Bacharelado. E a Resolução CNE/CES nº 007/2004, assim como o PPC do curso de EF, são os escritos de referência que conferem legalidade à Graduação em Educação Física.

A discussão acerca da ética é elemento indispensável na formação do profissional de Educação Física, já que as relações do profissional de EF com o universo do esporte, saúde e lazer têm na outra ponta outro indivíduo (ou grupo de indivíduos) que necessita de cuidados. Furtado e Furtado (2011, p. 85) lembram que:

> A intervenção ética nas diferentes profissões passa pela construção e internalização de conceitos/valores individuais ao longo da vida, bem como conceitos/valores profissionais que são apreendidos ao longo da formação inicial e também no exercício da profissão [...] o espaço privilegiado para a aprendizagem de como se dá uma intervenção ética no âmbito das atividades físicas e esportivas é o espaço da formação inicial através dos cursos de Educação Física.

Com o objetivo de instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, o Ministério da Educação, através do Conselho Nacional de Educação, publicou a Resolução 07, de 31 de março de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física em nível superior. Já no artigo 4º, o documento ratifica a relevância da ética enquanto ente qualificador do profissional de EF:

> O curso de graduação em Educação Física deverá assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética (BRASIL, 2004a, p. 1).

Pode-se dizer que existe um movimento documental em prol da construção ética do profissional de Educação Física. E a grade curricular, bem como o projeto pedagógico do curso, devem considerar de forma manifesta e significativa as questões que envolvem o ser humano e suas relações. E isso perpassa pelo debate ético: “As competências de natureza político-social, ético-moral, técnico-profissional

e científica deverão constituir a concepção nuclear do projeto pedagógico de formação do graduado em Educação Física" (BRASIL, 2004a, p. 6).

A Resolução CNE/CES nº 07/2004 determina ainda que toda a construção conceitual da formação do profissional de EF seja permeada pelos ditames éticos, sejam eles específicos ou não. O fato é que seria uma lacuna acadêmica a menos, principalmente na formação humana do graduando, que necessita:

> Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática (BRASIL, 2004a, p. 1).

A referida Resolução não estabelece a presença de uma disciplina específica de ética na grade curricular do curso de graduação em Educação Física – mesmo porque, isto, por si só, não representaria o esgotamento da questão -, mas o documento sinaliza repetidas vezes que o fenômeno ético deve sim, estar presente no projeto político pedagógico como princípio norteador e formador do graduando. O artigo 5º, em sua letra E, é um exemplo ratificador disso quando diz que "A Instituição de Ensino Superior deverá pautar o projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física nos seguintes princípios: e) ética pessoal e profissional".

O PPC do Curso de Educação Física, modalidade "Bacharelado", na versão de 2016, expõe que os cursos oferecidos pelo Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) têm como objetivo a formação de cidadãos com conhecimento e reflexão crítica para contribuir para a transformação da sociedade e que a intenção é a "socialização de conhecimentos e técnicas, no campo das práticas corporais, como recurso de educação destinado à formação ética, científica e cultural" (PPC, 2016, p. 6).

Ainda de acordo com o PPC, a intenção seria "propiciar uma formação qualificada, com fins a uma intervenção comprometida socialmente e pautada em princípios éticos" (p. 6). Aqui o documento vai ao encontro da Resolução CNE/CES nº 07/2004 que determina que o graduado em EF esteja preparado para:

> Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde [...], além de outros campos que oportunizem ou

> venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas (BRASIL, 2004a, p. 2).

Já em seus princípios norteadores, o PPC (p. 9) afirma que a construção do documento “pautou-se, por opção político-pedagógica, na discussão epistemológica da área, considerando o que constitui a Educação Física como campo de intervenção acadêmico-profissional”. O Projeto Pedagógico do Curso fala ainda que a intenção é uma articulação entre teoria e prática ratificada nos conhecimentos que compõem as formações ampliadas e específicas, “bem como nos conhecimentos que compõem os núcleos temáticos de práticas corporais relacionadas à Saúde Esporte/lazer” (PPC, 2016, p. 9).

No que tange à “Estrutura do Currículo” (PPC, 2016, p. 14) o documento afirma que se buscou “dar materialidade à matriz curricular do curso de graduação em Educação Física a partir das orientações legais que tratam dessa formação e dos pressupostos epistemológicos assumidos”. É oportuno ressaltar que para a construção do projeto pedagógico do curso de EF é essencial que se visite a Resolução CNE/CES nº 07/2004, documento que estabelecia à época as diretrizes curriculares nacionais do curso. O artigo 5º, por exemplo, determina que a formação ética pessoal e profissional seja um princípio a ser considerado.

Quando o assunto são os objetivos, o PPC lembra que a intenção é “Formar um profissional que tem como principal possibilidade de ação a intervenção pedagógica, orientação essa que deve balizar suas opções políticas, éticas, técnicas e científicas no exercício da profissão” (PPC, 2016, p. 11).

De acordo com o PPC, o tempo mínimo para formação é de quatro anos e meio e o máximo é de seis anos e meio e a carga horária do curso de bacharelado em educação física é de 3.225 horas, sendo 2.385 horas a título de carga horária obrigatória e 600 horas de carga horária optativa. Estas se subdividem em seis dimensões: relação ser humano/sociedade; biológica do corpo humano; produção do conhecimento científico e tecnológico; culturais do movimento humano; técnico-instrumental; e didático-pedagógico. Para a formação, o estudante deve cursar 35 disciplinas obrigatórias, dez optativas e três estágios obrigatórios, além de 210 horas a título de atividades complementares.

4. A ÉTICA NA VISÃO DO CORPO DOCENTE

4.1 A Compreensão/Conceito do corpo docente acerca da Ética

O objetivo aqui é desenvolver uma discussão acerca do entendimento dos professores ouvidos no que tange à compreensão do conceito de ética. E o ponto de partida é a primeira pergunta do questionário *Qual é o seu entendimento acerca da ética?* Em princípio, apresentaremos as respostas dadas à pergunta e em seguida elas serão categorizadas na tentativa de tornar a discussão mais qualitativamente aproximada do objeto desse trabalho (a ética). São três as categorias construídas a serem discutidas: Ética como Estudo e questionadora da Moral; Ética como Moral; e Ética como Conceito restrito.

Daí, partimos para um formato de discussão dialógico onde as respostas – agora categorizadas – debatem e discutem com a Resolução CNE/CES nº 07/2004, com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e com a literatura a respeito do tema ética. Sendo assim, vejamos as respostas à primeira pergunta:

> Professor 1 - Trata-se de um elemento engajado na sociedade, na vida das pessoas. A ética estuda a moral de uma sociedade.
>
> Professor 2 - Diz respeito à conduta/comportamento culturalmente transmitidos e socialmente aceitos/admitidos.
>
> Professor 3 - Tem a ver com o comportamento das pessoas na sociedade: suas atitudes, seus atos, suas ações, etc.
>
> Professor 4 - Ética é um “conceito vivo”. É também um conjunto de valores virtuosos; trata-se de abrir mão de valores particulares em prol da coletiva; é também um estudo dos atos morais.
>
> Professor 5 - A ética representa diretrizes sociais, culturais e legais estabelecidas por comitês, a fim de estabelecer práticas justas.
>
> Professor 6 - Ética se refere ao comportamento do indivíduo, de uma sociedade, etc. ela se apresenta em uma série de atividades/atitudes. Se refere também a postura, regras, diálogo, comportamento.
>
> Professor 7 - Ética é ser justo, buscar a justiça sempre. É também nivelar os atos com valores nobres.
>
> Professor 8 - Ética em uma sociedade é o respeito às leis, às regras de boa convivência. O comportamento ético requer respeito aos outros para que se organizem as relações humanas. Tem a ver também com o caráter do indivíduo para com a sociedade.

> Professor 9 - Ética tem relação com as atitudes, comportamentos e ações comprometidas com o bem-estar e relações sociais. Ética é também formas de agir dentro de um espaço de responsabilidade e respeito.
>
> Professor 10 - A ética trata de assuntos para os quais não se possuem legislação e que ainda não existe consenso. Por exemplo, corrupção é um crime e não uma questão ética. Ao profissional de EF cabe comportamentos éticos, como o trabalho íntegro e comprometido.

Ética como Estudo e questionadora da Moral é a primeira categoria construída. E as respostas aqui incluídas permitem uma interpretação relacionada ao estudo da ética e ao questionamento quando esta é confrontada com o conceito de moral. São elas:

> Professor 1: Trata-se de um elemento engajado na sociedade, na vida das pessoas. A ética estuda a moral de uma sociedade.
>
> Professor 3: Tem a ver com o comportamento das pessoas na sociedade: suas atitudes, seus atos, suas ações, etc.
>
> Professor 4: Ética é um “conceito vivo”. É também um conjunto de valores virtuosos; trata-se de abrir mão de valores particulares em prol da coletiva; é também um estudo dos atos morais.
>
> Professor 9: Ética tem relação com as atitudes, comportamentos e ações comprometidas com o bem-estar e relações sociais.

É no convívio social que a ética encontra seu “lócus” de efetivação. Ela emerge nas relações entre as pessoas. E quando o professor 1 apresenta a ética como um “elemento engajado na sociedade”, constata-se uma consonância com o pensamento aristotélico acerca do tema. Aristóteles define o homem como um animal político e sua conduta ética tem expressão na *pólis*. E é na cidade, ou seja, no convívio social, que o ser humano pode encontrar o “bem supremo”, a saber, a felicidade. Ele associa a participação do homem na sociedade com a sua construção ética. Portanto, ética, razão e sociedade (Política) são elementos inseparáveis nos escritos daquele filósofo grego.

Aristóteles relaciona a ética também a um existir feliz e isto perpassa pelo convívio social. Existimos para o mundo e para o outro. E nessas relações surgimos como seres éticos (ou não). Trata-se sim de um ”conceito vivo”, tal qual define o professor 4. E o mesmo professor associa a ética a “valores virtuosos”. E quando o assunto é comportamento ético, o que realmente interessa é fazer o bem de fato por uma conduta virtuosa no convívio social. Então entende-se que virtude, assim como valor, faz referência a uma “qualidade positiva do indivíduo que faz com que este aja

de forma a fazer o bem para si e para os outros" (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 271, p. 71)

O ser social faz parte do acontecer humano, e este requer virtude. Trata-se de uma postura adquirida voluntariamente, buscando o equilíbrio nas relações sociais, de forma que se evite o excesso ou a falta, para que não seja comprometido o que Aristóteles (2007, p. 65) chama de "justa medida":

> Estou falando da virtude, pois é esta que se relaciona com as emoções e ações, e nestas há excesso, falta e justa medida [...]. Isto é bastante para determinar uma posição moderada que deve ser louvada em todas as circunstâncias, mas às vezes precisamos inclinar-nos no sentido do excesso ou da falta, para assim atingirmos mais conscientemente a justa medida e o soberano bem.

Relacionar ética às "atitudes, comportamentos e ações comprometidas com o bem-estar e relações sociais", tal qual propõe o professor 9, nos remete ao pensamento do filósofo alemão Immanuel Kant. Para ele, o agir eticamente no convívio social permite agir eticamente para consigo mesmo (ARANHA; MARTINS, 1993). E a partir do momento em que se é ético para si próprio, subtende-se ser conseqüência o comportamento ético para com os outros. E aqui, a ética como princípio autônomo adquirido pela racionalidade permite o respeito ao outro a partir do respeito próprio.

O professor 1 enxerga a ética como um instrumento que "estuda a moral de uma sociedade". Existe aí uma assertividade, já que cabe à ética refletir e questionar sobre as regras morais, podendo contestá-las, se entendê-las como ultrapassadas ou a serviço da manutenção de poder, em favorecimento de grupos, classes ou sujeitos.

Sendo assim, quando os professores norteiam seu entendimento acerca da ética como "um elemento engajado na sociedade" (professor 1), um "conceito vivo" (professor 4) ou como "comportamentos e ações comprometidos com o bem-estar e relações sociais" (professor 9), observa-se aí uma consonância com o que propõe a Resolução CNE/CES nº 07/2004 e o Projeto Pedagógico do Curso (2016).

Enquanto que o PPC (2016, p. 13) almeja "formar um cidadão e profissional capaz de compreender criticamente seu papel na sociedade", a Resolução CNE/CES nº 07/2004 determina uma formação acadêmica de profissionais da EF com capacidade técnico-instrumental, mas também habilitados a intervir na

sociedade, relacionando-se com ela de forma ética. Trata-se, segundo este documento norteador, de uma intervenção crítica da realidade social:

> O graduado em Educação Física deverá estar qualificado para analisar criticamente a realidade social, para nela intervir acadêmica e profissionalmente por meio das diferentes manifestações e expressões do movimento humano, visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas, para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável (BRASIL, 2004, p. 1).

O entendimento crítico da sociedade vai permitir a compreensão da relação entre ética e moral, pois são conceitos comumente relacionados, mas podem não ser discutidos na mesma proporção. Isto pode prejudicar o discernimento entre eles. Se até aqui, discutimos ela como questionadora, a partir de agora, vamos esmiuçá-la na (perigosa) relação com a questão moral.

A categoria **Ética como moral** abarca as respostas abaixo relacionadas:

> Professor 2: Diz respeito à conduta/comportamento culturalmente transmitidos e socialmente aceitos/admitidos.
>
> Professor 5: A ética representa diretrizes sociais, culturais e legais estabelecidas por comitês, a fim de estabelecer práticas justas.
>
> Professor 8: Ética em uma sociedade é o respeito às leis, às regras de boa convivência. O comportamento ético requer respeito aos outros para que se organizem as relações humanas. Tem a ver também com o caráter do indivíduo para com a sociedade.

Vale lembrar que a ética faz parte da humanização do indivíduo. Trata-se da construção cultural e de total respeito à subjetividade e à individualidade. Investir na transmissão de um comportamento ético é vislumbrar um indivíduo de caráter virtuoso, direcionado para a prática do bem, capaz de exercer seu papel de cidadão, visando uma sociedade feliz.

Sendo assim, parece um tanto equivocado o entendimento da questão ética como “comportamento socialmente aceitos/admitidos” (Professor 2) ou a ética como a representação de “diretrizes sociais, culturais e legais estabelecidas por comitês” (Professor 5); ou ainda a “ética como respeito às leis” (Professor 8). Leis ou diretrizes legais são instrumentos reguladores construídos em cima de preceitos morais estabelecidos pelos costumes. São extremamente objetivos e somente ocupados com o seu (des) cumprimento. Aqui o que conta é o princípio da obrigatoriedade, havendo concordância ou não.

Quando o assunto é lei, não existe o bom senso, e sim o “cumpra-se”. Se o indivíduo não concorda com o que está determinado, ele lançará mão de outro instrumento legal para apresentar seu questionamento. Já a ética foca sua discussão na conduta, na prática do bem e por que isso é importante para o indivíduo. E ao questionar a atitude ética das pessoas, o que se busca é a formação que compôs a humanização delas, e não teorias legais. Então, as normas jurídicas, assim como a moral, são interrogadas pela ética: será que as leis carregam princípios éticos? Será que toda moral é ética?

A filosofia aristotélica divide a justiça em geral e particular. Enquanto que a primeira é representada pela lei e refletirá as normas do Direito aplicadas a todos, a segunda é representada pelo princípio ético de cada ser humano em sua singularidade. Sendo assim, o indivíduo precisa ser ético para respeitar as leis, pois não é a lei que vai fazer dele um ser humano ético: “na ética aristotélica, conta mais o cidadão formado nas virtudes e especialmente na justiça, do que a lei com suas prescrições objetivas. Isto é, de pouco vale a lei sem cidadãos virtuosos (PEGORATO, 1995, p. 35).

No que tange aos estudantes de EF, não é interessante que os futuros profissionais entendam a questão ética só como cumprimento dos códigos ou diretrizes legais. Isto soaria restritivo. Portanto, existe a necessidade de se dar mais amplitude à discussão da ética. E a Resolução CNE/CES nº 07/2004 determina isso. Ela propõe uma formação ética dos egressos em EF. O PPC aponta na mesma direção quando diz que a intenção é “propiciar uma formação qualificada, com fins a uma intervenção comprometida socialmente e pautada em princípios éticos” (2016, p. 6).

O objetivo seria então uma formação mais robusta, vigorosa e humana, que ultrapasse a mera transmissão de códigos legais, pois a objetividade das leis não coaduna com a subjetividade do ser. Em contrapartida, um profissional humanizado vai zelar pela prática do bem na singularidade de cada um. E os cursos de graduação precisam efetivar sua contribuição na construção desse perfil.

Ética como conceito restrito é nossa última categoria construída neste momento da discussão. Aqui serão abarcadas as respostas abaixo:

> Professor 6: Ética se refere ao comportamento do indivíduo, de uma sociedade, etc. Ela se apresenta em uma série de atividades/atitudes. Se refere também à postura, regras diálogo e comportamento.

> Professor 10: A ética trata de assuntos para os quais não se possuem legislação e que ainda não existe consenso. Por exemplo, corrupção é um crime e não uma questão ética. Ao profissional de educação física cabe como trabalho íntegro e comprometido.

O senso comum associa ética, em sentido amplo, ao conceito de moral, ou seja, responsabilidade e respeito aos costumes e tradições de uma sociedade. Nesse caminho, a questão ética desconsidera o seu princípio subjetivo e é projetada nas atitudes e conduta do indivíduo para com a coletividade. Então, o ser - ético se torna o ser – cidadão, e em nome disso, zelará pela moral e os costumes daquela sociedade em que vive.

É até com certa frequência que as pessoas dizem que este ou aquele indivíduo não tem ética. Outras vezes, que fulano é uma pessoa de ética ou, ainda, uma pessoa ética. Que é preciso ter ética, agir com ética, agir dentro da ética. Tais afirmações fazem referência à ética conjugada à moral e à cidadania. Trata-se do ser para o todo, para a *pólis*, para o convívio social. É isso que sinaliza a resposta do Professor 6, quando ele fala que "ética se refere ao comportamento do indivíduo, de uma sociedade; se refere também à postura, regras, comportamento". Como já foi dito, Marilena Chauí já aponta nessa direção quando explica que "ética e moral referem-se ao conjunto de costumes tradicionais de uma sociedade e que, como tais, são considerados valores e obrigações para a conduta de seus membros" (CHAUÍ, 1993, p. 78).

Em um sentido restrito, ética não é sinônimo de moral. Muito pelo contrário. Ela vem justamente para questionar os códigos morais. E vale repetir que nem toda moral é imbuída de ética. A questão ética se apresenta nas ações dos sujeitos; seu caráter, seus princípios, suas convicções, etc. E esta construção singular depende dos processos de formação ao longo de sua vida. Aí sim, como singularidade, ela implica relacionamento responsável do indivíduo consigo mesmo, e com o coletivo, com o semelhante, com as outras pessoas.

Quando o Professor 10 afirma que "ao profissional de educação física cabe como trabalho íntegro e comprometido", baseado no sentido restrito de ética, pergunto: seria ousadia parafraseá-lo e reescrever a frase, dizendo "ao sujeito eticamente humanizado, agora profissional de Educação Física, cabe o trabalho íntegro e comprometido"? Ou seja, ele não precisa ser um bom profissional para ser ético. Mas ele precisará ser ético para ser considerado um bom profissional.

As três categorias construídas a partir da primeira pergunta (Qual é o seu entendimento acerca da ética?), vale repetir, **Ética como Estudo e questionadora da Moral**, **Ética como Moral**, e **Ética como Conceito restrito**, buscaram problematizar o entendimento acerca da ética a partir do que o corpo docente ouvido nas entrevistas fornece como conceito sobre o tema. Vale observar que nas três categorias o debate ético vem relacionado com a questão moral. Mas isso acontece porque, de uma forma ou de outra e/ou em algum momento, as respostas dos professores sugerem essa proximidade entre os dois temas.

Apesar da relação dialógica entre ética e moral ter procedência, o que julgamos interessante esclarecer é que não existe consonância entre os temas; eles não se associam. Muito pelo contrário, trata-se de um confronto entre os princípios da ética e da moral. O clima entre estes dois é de tensão, visto que a ética lança questionamentos e interrogações à moral a respeito das lacunas que a sua rigidez sugere, a saber, o desprezo à subjetividade, só para citar um exemplo.

Enquanto que moral se limita aos costumes ou hábitos construídos ao longo do tempo, a ética surge como uma tentativa de fazer um debate da moral ou uma filosofia dela. E esse caráter filosófico é o momento em que a ética pressiona o que se entende por moral:

> A ética é aquela que tenta identificar, tratar, selecionar e estudar a moral (ou as várias morais) de maneira imparcial, laica, racional e organizada. É papel da ética, portanto, entender a moral e julgá-la pelo crivo da razão [...]. A ética é centrada nas ações humanas e no que resulta delas. Enquanto que moral expressa os hábitos e costumes de uma sociedade, de um local, de uma comunidade situada no espaço e no tempo, além de designar a conduta das pessoas. (PORFÍRIO, 2020, p. 68).

Aristóteles foi o primeiro filósofo a desenvolver uma discussão acerca da ética. A moral, então, no momento aristotélico, passa a ser debatida, questionada e confrontada, de forma que a sua lógica, seu sentido, vai ser verificado à luz do bem-estar do ser humano, já que, na visão daquele pensador, “a ética tem como grande objetivo o alcance da felicidade” (CHAUI, 1993, p. 212).

Os professores do curso de EF da UFES, quando expressam em suas respostas um entendimento do que vem a ser ética relacionada com o conceito de moral, nos permitem compreender que para eles, essa relação existe, ou seja, ela é viva. E de fato essa relação procede, como já discutimos anteriormente. Só que nos permitimos também fazer duas interrogações, a saber: será que essa relação é

debatida quando em contato com os alunos? E a segunda é: será que os professores que não responderam ao questionário carregam esse entendimento e a compreensão dele?

Entendemos o debate da relação entre ética e moral como indispensável para o entendimento do que representa cada tema, dos paralelos e paradoxos, consonâncias e dissonâncias entre eles, pois na nossa visão, isso contribui, e muito, para uma formação mais completa, diríamos humanizadora, dos professores do Curso de Bacharelado (formadores dos profissionais de EF) e, com efeito, dos estudantes do Curso.

Outra questão importante é pensarmos que a ética não é e não pode ser meramente um conteúdo ou "código de ética" prescrito nas Diretrizes Curriculares e PPC dos cursos de Graduação. Embora tal prescrição seja importante, ela por si só, não garante e/ou não indica que o debate ético esteja sendo realizado, uma vez que, pelas respostas dos docentes, fica evidente que alguns confundem ética com moral, demonstrando necessidade de formação acerca do tema para os professores do Curso, e não apenas para os estudantes.

4.2. A Ética na formação do Bacharel em Educação Física

A discussão neste tópico será desenvolvida em cima da segunda pergunta do nosso questionário, a saber, "Para o Senhor/Senhora, qual a importância da ética na formação do Bacharel em Educação Física?". E assim como fizemos no tópico anterior, apresentaremos as respostas, previamente categorizadas, visando um diálogo mais em sintonia com a questão ética. Aqui também foram três as categorias construídas: **Ética e Formação profissional**, **Ética como ente Humanizador**; e **Ética e Legislação**. Vejamos as respostas:

> Professor 1 - É central em todas as profissões, em especial na EF, pois o trabalho do profissional impacta no pensar e agir corporal das pessoas.
>
> Professor 2 - Bastante relevante para o profissional balizar suas condutas frente a seus alunos e sociedade de maneira geral.
>
> Professor 3 - É de suma importância em todas as profissões. Não existe a possibilidade de convívio entre as pessoas sem ética. E o campo profissional não foge a regra.

> Professor 4 - Importância absoluta. Não é possível exercer uma profissão sem a vivência do coletivo. É preciso compreender bem os valores e isso não é possível sem ética. A ausência dela é o caos.
>
> Professor 5 - A ética é de fundamental importância durante toda a formação dos alunos. Isso ajuda a uma formação mais justa e em consonância com valores sociais, culturais e legais da sociedade.
>
> Professor 6 - Ela é importante enquanto forma agentes transformadores na atuação na sociedade. O curso tinha que ter a disciplina para tratar as relações profissionais.
>
> Professor 7 - Indispensável para a formação dos alunos e para a prática futura deles.
>
> Professor 8 - É importante para que o acadêmico apresente, no exercício de sua profissão, o compromisso ético de zelar pela boa convivência e responsabilidade com a vida, com o desenvolvimento sustentável e com as relações humanas.
>
> Professor 9 - O próprio sistema Confef/Crefs mantém um código de ética profissional que deve ser divulgado e praticado por todos os profissionais. É também muito importante no processo de formação profissional.
>
> Professor 10 - É importante na conduta de qualquer profissional de EF inclusive, desde a formação. Há de se pensar no desenvolvimento de uma consciência de conduta profissional ética pautada na retidão e zelo profissional.

Ética e Formação profissional é como denominamos nossa primeira categoria neste momento da discussão. E as respostas estão aqui agrupadas:

> Professor 1: É central em todas as profissões, em especial na EF, pois o trabalho do profissional impacta no pensar e agir corporal das pessoas.
>
> Professor 2: Bastante relevante para o profissional balizar suas condutas frente a seus alunos e sociedade de maneira geral.
>
> Professor 7: Indispensável para a formação dos alunos e para a prática futura deles.
>
> Professor 10: É importante na conduta de qualquer profissional, EF inclusive, desde a formação. Há de se pensar no desenvolvimento de uma consciência de conduta profissional ética pautada na retidão e zelo profissional.

A educação superior é o nível mais elevado dos sistemas educativos, conferindo ao concludente do curso, grau acadêmico e diploma profissional. Trata-se de outorgar àqueles que cumpriram a carga horária e o rendimento mínimo estabelecidos o reconhecimento público da capacidade de exercício satisfatório da profissão. Por isso, a formação acadêmica necessita conjugar em seus documentos curriculares uma proposta pedagógica que contemple uma preparação técnica

associada a uma formação humanística dos graduandos. E a questão ética não pode estar ausente dessa construção, cujo impacto social é a curto, médio e longo prazo.

E para os estudantes de EF não é diferente. A questão ética está determinada nos documentos legais e orientadores do curso (Resolução 07/2004 e o PPC) e deve ser trabalhada em sala de aula, pois negar ao aluno o momento de discussão acerca da questão ética é, em primeiro lugar, conferir ao tema status meramente teórico e, em segundo lugar, prejudicar a formação do estudante em sua instância humanizadora. E como já foi dito, as instituições de ensino, sejam elas superiores ou não, precisam dar a sua contribuição neste sentido.

O PPC do curso de EF, apesar de fazer referência à formação ética em seus enunciados, sugere relativa fragilidade com relação ao tema quando vai descrever as ementas das disciplinas. Vale lembrar que estas não são objeto direto deste trabalho, mas a leitura atenta que fizemos nos textos delas nos permitiu constatar um direcionamento à formação técnica, principalmente na área de saúde. É um tanto desafiador encontrar nos escritos das ementas elementos pedagógicos que trazem à tona uma discussão acerca da formação ética dos estudantes.

A formação técnica é importante sim, mas ela sozinha não consegue construir o profissional que o próprio PPC almeja, em resumo, um egresso de EF eficiente na técnica e racionalmente virtuoso nas relações humanas. E as ementas são um projeto do que vai acontecer nas aulas. Daí o questionamento: como as questões éticas se inserem no desenvolvimento das disciplinas, sejam elas da área de esporte, lazer ou saúde?

Braibant (2015, apud SCHUH; ALBUQUERQUE, 2009, p. 58) afirma que na área de saúde existe mais interesse nas técnicas do que na ética e sinaliza que “no campo da saúde, o ensino da ética está atrasado em relação às necessidades da sociedade, tornando-se necessário superar de forma rápida essa defasagem.”

Mas Azevedo lança o desafio e assume que não haverá progresso enquanto não se fizer “uso integral do legado de discernimento moral que nos foi transmitido com as reações, atitudes, expectativas e sentimentos que constituem nossa vida moral” (SCHUH; ALBUQUERQUE, 2009, p. 58).

O professor 2 defende que a ética na formação é “bastante relevante para o profissional balizar suas condutas frente a seus alunos e sociedade de maneira geral”. Este posicionamento sugere consonância com o PPC do curso, pois este

documento deixa claro que a intenção é a formação de profissionais com conhecimento e reflexão crítica para contribuir na sociedade. E por isso o curso busca “a produção e a socialização de conhecimentos e técnicas, no campo das práticas corporais, como recurso de educação destinado à formação ética, científica e cultural.” (PPC, 2016, p. 6).

A gama de situações com a qual o egresso de EF irá se deparar é incontável. A presença do outro é indiscutível. Daí a importância de se abarcar no currículo conteúdos que permitam discutir as relações humanas e suas implicações. E uma ementa de pouca amplitude limitaria isso. Rego (2015 apud SCHUH: ALBUQUERQUE, 2009, P. 26) lembra que os conteúdos não devem ser limitados. Ao contrário, eles devem incluir temas que permitam a reflexão filosófica, visando à autonomia e a tomada de decisões quando do exercício da profissão “em situações concretas que os estudantes vivenciam [...] podendo apontar o caminho para a identificação e resolução de questões éticas na prática.” (Ibid., p. 58).

O professor 7, por exemplo, apresenta a questão ética como “indispensável”. Vale lembrar que, além de uma prerrogativa legal, como já demonstrado aqui, o debate ético no ensino superior torna-se um componente obrigatório se a intenção for colaborar com a formação humanística dos futuros profissionais. E a Resolução CNE/CES nº 07/2004 ratifica a concepção de uma formação com foco no desenvolvimento de habilidades e competências, onde o graduado seja capaz de, dentre outras atribuições:

> Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas (BRASIL, 2004, p. 2).

Se os entrevistados situam a questão ética como item indispensável para a formação do aluno e concebem o tema quase que em uníssono para a existência de uma sociedade virtuosa, então, das duas uma: ou o corpo docente não participou efetivamente da composição do PPC, em especial das ementas – o que fragiliza o conceito de um currículo construído democraticamente - ou a narrativa daquele documento sugere manter a abordagem ética meramente no campo da teoria e,

consequentemente, distante da sala de aula, o que soaria dissonante com aquilo que ele próprio apresenta como “princípio norteador” do curso, a saber,

> Pretende-se uma articulação efetiva entre teoria e prática materializada nos conhecimentos que compõem as formações ampliadas e específicas, bem como nos conhecimentos que compõem os núcleos temáticos de Práticas corporais relacionadas à Saúde e Esporte /Lazer (PPC, 2016, p. 9).

Para o educador Paulo Freire (1921-1997) as propostas curriculares precisam ser repensadas. E o caminho pode ser uma orientação que tenha como foco os sujeitos da educação. As questões que ele levanta são: como isso pode acontecer? Como a educação pode contribuir para o desenvolvimento humano dos sujeitos? Ele mesmo responde:

> Não é possível pensar seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe, ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens, é uma transgressão. É por isso que transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador (FREIRE, 1996, p. 18).

A segunda categoria que construímos com as respostas à segunda pergunta denominamos de **Ética como ente Humanizador**. E os Professores 3, 4, 6 e 8 fazem parte dessa categoria. São elas respectivamente:

> Professor 3: É de suma importância em todas as profissões. Não existe a possibilidade de convívio entre as pessoas sem ética. E o campo profissional não foge a regra.
>
> Professor 4: Importância absoluta. Não é possível exercer uma profissão sem a vivência do coletivo. É preciso compreender bem os valores e isso não é possível sem ética. A ausência dela é o caos.
>
> Professor 6: Ela é importante enquanto forma agentes transformadores na atuação na sociedade. O curso tinha que ter a disciplina para tratar as relações profissionais.
>
> Professor 8: É importante para que o acadêmico apresente, no exercício de sua profissão, o compromisso ético de zelar pela boa convivência e responsabilidade com a vida, com o desenvolvimento sustentável e com as relações humanas.

As respostas indicam a intenção dos professores entrevistados em apresentar o debate ético como item de discussão ratificador de valores na formação dos bacharéis em EF. Um exemplo disso é o Professor 4 quando ele afirma que “é

preciso compreender bem os valores e isso não é possível sem ética. A ausência dela é o caos". Nota-se que o docente coloca a ética como essencial na compreensão dos valores a serem utilizados na coletividade.

E por falar em coletividade, o Professor 3 é ainda mais veemente. Para ele, "não existe possibilidade de convívio entre as pessoas sem ética". Apesar do teor assertivo da afirmação, é preciso admitir que existem relações interpessoais não balizadas em princípios éticos. É aqui que os conflitos começam a aparecer. E são numerosos, pois conviver com o outro é uma necessidade diária. E tomam grandes proporções, pois o ser humano é um ser complexo, apesar de racional. E se arrastam no tempo, pois os problemas geralmente não são de fácil solução. Em suma, o grande problema é que quando a ética está ausente, há uma propensão ao estabelecimento do autoritarismo.

Em livre interpretação, talvez o que o docente intencionou dizer é que no convívio entre as pessoas, a manifestação da construção ética de cada um emerge concomitantemente. Em outras palavras, são nas relações com as pessoas, com o mundo e com as coisas do mundo que o ser humano se mostra como é eticamente.

Percebe-se que o foco da prática da boa conduta e dos valores virtuosos permanece no momento social do indivíduo. No tópico anterior, quando discutimos acerca do entendimento da questão ética, esse caminho que relaciona o tema com o viver em sociedade foi discutido. E é também no social que a conduta da pessoa se manifestará, seja ela boa ou má, mas é oportuno dizer que ética é uma construção individual, subjetiva e de caráter cultural.

Nossa terceira categoria no que se refere à segunda pergunta é **Ética e Legislação**. Vê-se aqui agrupadas as respostas abaixo:

> Professor 5: A ética é de fundamental importância durante toda a formação dos alunos. Isso ajuda a uma formação mais justa e em consonância com valores sociais, culturais e legais da sociedade.
>
> Professor 9: O próprio sistema Confef/Crefs mantém um código de ética profissional que deve ser divulgado e praticado por todos os profissionais. É também muito importante no processo de formação profissional.

Observa-se nas duas respostas que os docentes relacionam nosso tema de discussão com o código de ética profissional redigido por organismos institucionais. Como já discutimos, essa relação da discussão ética com a lei soa estranha, pois a lei mostra-se incapaz de participar da construção ética do indivíduo. Já a ética,

enquanto dimensão agregada ao processo de humanização das pessoas e impregnada no caráter delas, viabiliza que o cidadão, respeite as leis em nome da “cidade feliz” (ARISTÓTELES, 2007, p. 36).

A lei é um instrumento normatizador, que visa comportamentos padronizados e ordenados, enquanto que a ética é um elemento humanizador, e quando presente na formação de cada um tem efeito direto nas ações, atitudes e conduta quando do convívio em sociedade. Portanto é preocupante relacionar ética a códigos posturais e a instrumentos legais: primeiro, porque eles não são formadores e nem participam do processo de formação; e segundo, porque não demonstram preocupação com a dimensão ética.

O que a maioria dos códigos profissionais chama de “ética” – e aqui o Professor 9 faz referência direta a isso quando cita o sistema Confef/Crefs - é passível de ser interpretado como “comportamento adequado”. Sendo assim, o que é descrito como “código de ética profissional” passaria a ser “código de comportamento profissional adequado”, cujo foco é centrado na prática e na técnica, em associação a uma “ética normatizada”, como se isso fosse possível:

> Este Código propõe normatizar a articulação das dimensões técnica e social com a dimensão ética, de forma a garantir, no desempenho do Profissional de Educação Física, a união de conhecimento científico e atitude, referendando a necessidade de um saber e de um saber fazer que venham a efetivar-se como um saber bem e um saber fazer bem (CONFEF, 2015, p. 129).

Percebe-se que o código de ética dos profissionais de EF aponta na direção de uma ética mecanizada, forçada por instrumentos legais. Mas como já argumentamos, a ética transcende a qualquer aparato de leis e não necessita de artigos, incisos e parágrafos para que se aja eticamente. Ter um comportamento adequado não significa que se tem ética. Mas ter um caráter imbuído de ética pode levar ao comportamento adequado e razoável nas situações.

Como já dissemos, as categorias construídas nesse momento da discussão foram baseadas na segunda pergunta: “Para o Senhor/Senhora, qual a importância da ética na formação do Bacharel em Educação Física?” E as denominamos (só para lembrar) como: **Ética e Formação Profissional**, **Ética como Ente Humanizador**; e **Ética e Legislação**.

Na primeira categoria (Ética e Formação Profissional), optamos por assim denominá-la, pois as respostas dos docentes nos permitiram entender uma relação direta e objetiva da necessidade da inserção da discussão ética na formação do estudante de EF. Na segunda categoria (Ética como Ente Humanizador), percebemos um aprofundamento na relação entre ética e formação, pois ousamos deduzir que, além de ser importante na vida acadêmica do futuro profissional de EF, a abordagem da ética surge com a função de colaborar com a humanização daquele profissional.

Já a terceira categoria (Ética e Legislação), onde agrupamos as respostas que entendemos relacionar a ética a códigos de leis, regras ou normas, visualizamos um reducionismo acerca da importância da discussão ética na graduação em EF. A construção ética do sujeito não se restringe ao cumprimento de documentos legais. Ela é anterior a isso. E anterior também à sua formação profissional.

A Resolução CNE/CES nº 7/2004 é assertiva quando insere a ética no campo da reflexão filosófica (artigo 4º). Isto por si só já amplia o sentido da discussão ética e elimina o caráter restrito quando se limita a ética à normatizações. O PPC do curso aponta na mesma direção. Este diz que o objetivo é “formar um profissional que tem como principal possibilidade de ação a intervenção pedagógica, orientação essa que deve balizar suas opções políticas e éticas” (PPC, 2016, p. 11)

Se o indivíduo dispõe de “opções éticas”, como bem disse o PPC, é um sinal de que, ao chegar no momento de sua formação profissional, ele já traz tudo que agregou e assimilou quando o assunto é ética nas suas relações com o mundo e com as pessoas do mundo. Mas isso não dispensa as instituições de ensino superior de cumprir e contribuir para a construção ética dos futuros profissionais. Isso vai colaborar para que, no instante de seu exercício profissional, ele possa fazer escolhas baseadas em princípios e valores já internalizados.

4.3. Ética como conteúdo de sala de aula

Se existe um momento em que a autonomia do docente pode ser ratificada, este momento é a hora em que ele executa a didática pensada para transmitir o conteúdo. Ali, frente a frente com os alunos, na sala de aula, o professor terá a liberdade de desenvolver o formato que ele pensou para aquela aula e de colocar em prática os ensinamentos que agregou antes, durante e depois de sua formação

acadêmica. Neste momento, o professor “se mostra” e revela sua eficácia e eficiência acerca dos saberes que compõem a sua construção enquanto profissional da educação.

Maurice Tardif (2002) conceitua a atividade docente como uma rede de interações com outras pessoas, a começar pelos alunos. Trata-se de um contexto onde o elemento humano é determinante e dominante e exige do professor a capacidade de interagir, além dos saberes curriculares, profissionais, de experiência e das disciplinas. Fato é que “não basta saber, é preciso saber ensinar” (Ibid., p. 32).

Nesse contexto, a terceira e última pergunta do nosso questionário é “como o Sr/Sra trabalha a dimensão ética na sua disciplina? Por quê?” As respostas foram as seguintes:

> Professor 1: O valor fundamental é o meu compromisso cotidiano com a instituição, a responsabilidade na condução da disciplina e comprometimento em termos de comportamento justo e adequado com os estudantes sempre. A ética é para ser praticada em todos os momentos da vida. Procuro ainda combinar valores e comportamento social.
>
> Professor 2: Não “trabalho”. Eu prefiro agir de forma ética em minhas intervenções pedagógicas e oriento ao aluno a fazer a mesma coisa.
>
> Professor 3: O exemplo é o princípio fundamental. Procuro começar por aí, sem esquecer de cobrar dos alunos posturas adequadas e justas, tais como o respeito, a igualdade, etc.
>
> Professor 4: Trabalho dando o exemplo. No estágio ela é central. Existe uma necessidade de contribuir. Os valores éticos são eixo central de todo curso.
>
> Professor 5: Durante minhas disciplinas habitualmente e regularmente aplico diretrizes éticas que orientam a forma de me comunicar com os alunos, respeitá-los, possibilitar ambientes democráticos e justos para o processo de ensino, vivência e aprendizagem.
>
> Professor 6: A realidade com o mercado/sociedade. Trago à discussão o pensamento crítico sobre os princípios éticos. Trabalho também o que é e o que não é ética, visando o mercado de trabalho, fins mudança crítica que transforme.
>
> Professor 7: Trabalho de forma transversal. Quero dizer com isso que a ética está presente em todas as discussões dos conteúdos que transmito.
>
> Professor 8: Trabalho de forma a desenvolver valores que prezam pela ética, trazendo para a discussão aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais da relação dos seres humanos em uma sociedade, relacionando as condições materiais de vida, o contexto histórico cultural, o desenvolvimento sustentável, o cuidado com o meio ambiente, o trato com as pessoas com deficiência, gênero, etnia, etc. E ainda, o respeito e o cuidado com as pessoas e com a vida em geral.

> Professor 9: Na disciplina os aspectos éticos são listados desde o início do semestre, tais como o respeito aos horários e aos colegas professores.
>
> Professor 10: Nas disciplinas que leciono, a ética não é trabalhada como conteúdo programático, mas sim no dia a dia, como por exemplo, zelar para o bom convívio entre professores e alunos, alunos/alunos, e incentivar a integridade e comprometimento aos conteúdos da disciplina.

Buscando dar mais fluidez a nossa discussão, chegamos à conclusão de que as respostas acima cabem em três categorias, a saber: **Ética pelo exemplo**, **Ética enquanto debate e discussão** e **Ética como regras de comportamento**.

Na primeira categoria, **Ética pelo exemplo**, foram inseridas as respostas:

> Professor 2: Não trabalho. Eu prefiro agir de forma ética em minhas intervenções pedagógicas e oriento ao aluno a fazer a mesma coisa.
>
> Professor 3: O exemplo é o princípio fundamental. Procuro começar por aí, sem esquecer de cobrar dos alunos posturas adequadas e justas, tais como o respeito, a igualdade, etc.
>
> Professor 4: Trabalho dando o exemplo. No estágio ela é central. Existe uma necessidade de contribuir. Os valores éticos são eixo central de todo curso.
>
> Professor 10: Nas disciplinas que leciono, a ética não é trabalhada como conteúdo programático, mas sim no dia a dia, como por exemplo, zelar para o bom convívio entre professores e alunos, alunos/alunos, e incentivar a integridade e comprometimento aos conteúdos da disciplina.

Os Professores 3 e 4 assumem explicitamente que trabalham a questão ética em suas disciplinas dando exemplo. Freire (1996) destaca que o bom educador deve usar sempre de bom senso, ser tolerante, humilde e ético. A ética é um fenômeno cultural humano que o indivíduo carrega e manifesta (ou não) em todos os momentos da vida. Sendo assim, só é capaz de dar exemplos éticos quem tem ética na sua construção enquanto ser humano.

Essa relação entre o que se diz e o que se faz precisa fazer sentido para que não se torne mais um mero discurso acerca da ética. A sintonia entre a construção teórica de uma pessoa e suas atitudes é indispensável para que os outros possam conferir a ela identidade e referência, ou seja, quando se consegue enxergar no sujeito que diz o mesmo sujeito que faz o que afirma fazer, identificamos uma relação coerente entre as ações dessa pessoa e seu discurso.

Trabalhar a ética em sala de aula através do exemplo requer ainda ratificar o estudante como um sujeito que faz parte do processo ensino-aprendizagem e capaz

de participar da ação dialógica que se estabelece nos momentos de aula. Freire fala ainda que ensinar não é transferir conhecimento. Para ele, trata-se também de respeitar a autonomia e a identidade do aluno. Ele fala de uma conscientização pedagógica por parte do corpo docente; um compromisso do educador de reconhecer um sujeito do outro lado. Neste sentido, o ato de educar não pode ser dissociado da conduta ética do professor:

> É por esta ética inseparável da prática educativa, não importa se trabalhamos com crianças, jovens ou com adultos, que devemos lutar. E a melhor maneira de por ela lutar é vivê-la em nossa prática, é testemunhá-la, vivaz aos educandos, em nossas relações com eles (FREIRE, 1996, p. 81).

O Professor 10 foi inserido nesta categoria baseado na força dos verbos que ele utilizou. Quando ele relata que trabalha a ética no cotidiano e que apresenta ao aluno a importância de “zelar“ pelo convívio e “incentivar” o compromisso com o curso, nos permitimos entender aqui que ele já faz isso e está utilizando o exemplo próprio.

Outra coisa a ser observada ainda no Professor 10 é que o docente afirma que ele não trabalha a ética como “conteúdo programático”. Vale lembrar que ética não é um conteúdo de programa curricular, pois a questão ética é intrínseca a tudo que envolve o sujeito: sua construção social, humana, acadêmica; suas relações intrapessoais e interpessoais; a visão de mundo que ele adquiriu ao longo de sua história, etc. O que queremos dizer e achamos importante acrescentar é que localizar o debate ético, em algum momento, só como conteúdo programático é não dar ao tema a amplitude nele existente, já que a questão ética transpõe às limitações de programas curriculares.

A segunda categoria que montamos no que se refere às respostas da terceira pergunta é, como já falamos, **Ética como debate e discussão**. E as respostas 6, 7 e 8 foram aqui incluídas. São elas:

> Professor 6: A realidade com o mercado/sociedade. Trago à discussão o pensamento crítico sobre os princípios éticos. Trabalho também o que é e o que não é ética, visando o mercado de trabalho, fins mudança crítica que transforme.
>
> Professor 7: Trabalho de forma transversal. Quero dizer com isso que a ética está presente em todas as discussões dos conteúdos que transmito.

> Professor 8: Trabalho de forma a desenvolver valores que prezam pela ética, trazendo para a discussão aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais da relação dos seres humanos em uma sociedade, relacionando as condições materiais de vida, o contexto histórico cultural, o desenvolvimento sustentável, o cuidado com o meio ambiente, o trato com as pessoas com deficiência, gênero, etnia, etc. E ainda, o respeito e o cuidado com as pessoas e com a vida em geral.

Um debate acerca de um tema ganha em robustez quando incentiva a produção de pensamento sobre o assunto que é objeto de discussão. E pensar um determinado tema gera novas conjecturas acerca dele. E o ponto de partida pode ser levantar dúvida, ou seja, questionar o pensamento vigente. Essa atitude indagadora traz à luz novos pontos de vistas, novos conceitos e, consequentemente, mudanças na forma de pensar.

O debate e a discussão sobre ética começam quando questionamos o nosso entendimento no que se refere ao tema. Essa autocrítica é o marco inicial do trabalho discursivo e pode permitir a construção de argumentos mais sólidos e lógicos que enriquecerão o confronto de ideias.

Discutir a Educação no campo da ética significa rever métodos, metodologias, posturas, valores e as relações que os profissionais da educação estabelecerão ao longo da sua vida acadêmica. A relação entre a questão ética e a prática educativa coloca os docentes diante da necessidade de criação de estratégias de ensino voltadas para o respeito às diferenças e à diversidade, seja ela qual for. E uma das funções dos profissionais da educação é desenvolver no corpo discente habilidades para que isso aconteça.

Daí é possível encontrar nas respostas do terceiro questionamento feito aos professores a alegação de que a questão ética é trabalhada visando “o trato com as pessoas com deficiência, gênero, etnia, etc. [...] e ainda o respeito e o cuidado com as pessoas e com a vida em geral”, tal qual é possível encontrar na resposta do Professor 8. Pressupõe-se aqui uma aula conduzida com respeito à heterogeneidade. Se partirmos do pressuposto de que a única coisa que os seres humanos carregam de semelhante é o princípio da diferença, então, uma sala de aula não pode deixar de respeitar as peculiaridades alheias.

Vale dizer que respeitar as diferenças do ponto de vista de uma ética não significa ser indiferente, ou seja, não significa deixar as diferenças nos repousos de seus feudos, mas de modo respeitoso, colocá-las todas em debate nas aulas, tendo

como critério a construção de uma sociedade democrática e de uma “cidade feliz” (ARISTÓTELES, 2007, p. 110).

Existe referência também ao trabalho do comportamento ético através do “desenvolvimento do pensamento crítico”, visando uma “mudança transformadora.” Isso é o que encontramos na resposta do Professor 6.

O pensamento crítico ao qual o professor acima se refere pode acarretar em transformação da realidade se perpassar pelo processo de humanização do indivíduo. E os que pensam criticamente terão discernimento e capacidade de vislumbrar a necessidade urgente de discutir a realidade à luz dos valores e princípios éticos. Entendemos que aqui começa a ação transformadora.

Humanizar é também construir em cada sujeito o acolhimento do outro em sua singularidade. E uma sala de aula não pode perder essa oportunidade, dado o seu caráter heterogêneo e diversificado. Ousamos dizer que discutir as questões éticas em paralelo ao conteúdo a ser estudado em sala de aula é um momento imperdível se o objetivo for uma formação de teor também humanista.

O professor 7 relata que “a questão ética está presente em todas as discussões dos conteúdos”. É oportuno lembrar que para contribuir com a construção ética dos alunos torna-se indispensável, em primeiro lugar, reconhecer os discentes como sujeitos. Isto requer não ter como foco somente os conteúdos, mas também os indivíduos, pois eles, como outrora dito, fazem parte do processo educativo. A questão é: “como o conhecimento escolar pode contribuir para o pleno desenvolvimento humano dos sujeitos” (LINO, 2007, p. 40).

O PPC do curso de EF não faz referências específicas entre as práticas educativas/educacionais e a dinâmica de sala de aula. Não localizamos no documento aqui em questão a explicitação da abordagem da ética ou das questões éticas no momento em que o professor está com a turma. Se por um lado isso é positivo, pois garante a autonomia do professor; e sendo assim ele pode construir esse momento da melhor forma possível, com vistas a uma formação mais ampla, por outro, surge uma interrogação: estaria o professor disposto e preparado para o debate ético em sala de aula?

Trata-se de uma questão de responsabilidade e de compromisso com a formação dos estudantes, e os graduandos em EF não fogem à regra quando o assunto é a discussão ética no ambiente de sala de aula. E aqui nenhuma referência

a uma ética menor e restrita, mas uma ética humana ou que contribua para a humanização.

Nossa terceira categoria, como já dissemos, foi denominada como **Ética como regras de comportamento**. E aqui, agrupamos as respostas abaixo:

> Professor 1: O valor fundamental é o meu compromisso cotidiano com a instituição, a responsabilidade na condução da disciplina e comprometimento em termos de comportamento justo e adequado com os estudantes sempre. A ética é para ser praticada em todos os momentos da vida. Procuro ainda combinar valores e comportamento social.
>
> Professor 5: Durante minhas disciplinas habitualmente e regularmente aplico diretrizes éticas que orientam a forma de me comunicar com os alunos, respeitá-los, possibilitar ambientes democráticos e justos para o processo de ensino, vivência e aprendizagem.
>
> Professor 9: Na disciplina os aspectos éticos são listados desde o início do semestre, tais como o respeito aos horários e aos colegas professores.

A grande expectativa é que a discussão ética faça parte dos saberes quando da formação dos estudantes de EF, não só por ser um assunto que pode circular por todos os conteúdos, mas também porque é um elemento pedagógico, tem ligação direta com o ser político do ser humano, e ainda, é essencialmente um objeto de reflexão.

Sendo assim, nada justificaria o debate ético - ou sua abordagem de forma superficial - enquanto tema a ser discutido para a formação crítica do aluno de EF. Mesmo porque o Parecer nº 058/2004, que consubstancia a Resolução nº 07/2004, afirma que as Diretrizes Curriculares dos cursos de EF “foram desenvolvidas a partir de uma concepção interativa de conhecimentos pautados nas tradições cultural e científica do nível e/ou da área de formação, que são estabelecidos a partir das questões que emergem do cotidiano” (BRASIL, 2004, p. 7).

No entanto, relacionar a discussão ética com “compromisso com a instituição” ou “comportamento adequado”, como estabelece o professor 1, é conferir ao indivíduo uma característica de alguém facilmente manipulável, ou seja, tais expressões sugerem uma ética voltada para o conformismo, quase submissão. Enquanto que a formação ética caminha em outra direção, rumo à autonomia de um sujeito que acolhe e que construiu a visão do outro tendo como base sua vertente humanizadora. Paralelamente, o PPC do curso de EF fala em “reflexão crítica” (p. 6) que viabilizará uma ação transformadora da sociedade.

O sujeito respeita os ditames da *pólis* porque ele se construiu eticamente. Não é o conformismo social que o faz ético, mas é por ser ético que ele tem clareza da importância de uma sociedade de convivência harmônica. Aristóteles, já no século V, deixava claro em seus escritos que do cidadão ético nasce a "cidade feliz" (ARISTÓTELES, 2007, p. 36). Aqui não se trata de uma via de mão dupla. Trata-se de uma formação humanista necessariamente *a priori*, que colherá sua repercussão num convívio social melhor.

Na mesma direção acena o Professor 9, quando ele afirma que "os aspectos éticos são listados desde o início do semestre, tais como o respeito aos horários e aos colegas professores". Ora, "listar aspectos éticos"? Como assim? A discussão ética não é um tratado; não é um código moral. Ela (a ética) veio justamente para questionar o que está estabelecido na categoria de moral.

Não é a lista de acordos produzidos com os estudantes a prerrogativa, mas os modos como os docentes constroem tais acordos. Lembramos ainda que, considerando o grau hierárquico estabelecido entre professores e estudantes, bem como as diferenças de relações de poder que o sustenta, uma lista de acordos pode significar muito mais o estabelecimento ou imposição de regras do que ação ética.

Do jeito como a resposta foi construída, permite entender que existe uma série de itens a serem obedecidos, dentre eles, respeitar os horários e os professores para que o estudante seja considerado ético. Pode parecer repetitivo, mas vale relembrar que, descartada a questão do medo, o cidadão vai respeitar o professor, assim como o horário, porque ele é aprioristicamente ético.

O professor 5 vai mais além. Ele afirma que aplica "diretrizes éticas". Isso nos faz pensar que o docente em questão é detentor dos "pré-requisitos" necessários aos indivíduos para que eles sejam considerados pessoas éticas. No entanto, a construção ética do indivíduo tem relação direta com a sua trajetória pessoal, com sua singularidade. E independe de "diretrizes éticas", como cita o docente. A expressão soa como algo construído de forma vertical. E instrumentos apresentados de forma vertical nos remetem ao autoritarismo, cuja única saída, para o debate ético, é o afastamento em nome do respeito à autonomia e identidade do estudante:

> É nesse sentido que o professor autoritário, que por isso afoga a liberdade do educando, amesquinhando o seu direito de estar sendo curioso e inquieto. Saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber (FREIRE, 1996, p. 66-67).

A construção das categorias aqui seguiu o modelo das perguntas anteriores, ou seja, as respostas dadas à terceira e última pergunta de nosso questionário (como o Sr/Sra trabalha a dimensão ética na sua disciplina? Por quê?) nos permitiram categorizá-las pelo que elas nos passam de comum. Sendo assim, as três categorias estabelecidas, a saber, **Ética pelo exemplo**, **Ética enquanto debate e discussão** e **Ética como regras de comportamento**, reúnem as respostas que nos soaram semelhantes.

Quando uma pessoa, seja professor ou não, afirma ser exemplo de postura, de comportamento ou de conduta, obviamente deduz-se que ela carrega os elementos e instrumentos os quais ela divulga ser espelho. Não pode ser diferente e ousamos dizer que ninguém diria algo diferente disso. As respostas dos professores agrupadas na nossa primeira categoria, “Ética pelo Exemplo” nos fez pensar isso.

Podemos acrescentar que quando esses “exemplos de postura” são embasados em valores virtuosos, eles podem (ou não) ser assimilados. E a tendência é que essa assimilação seja benéfica (ou não). Ou seja, se o indivíduo transmite um bom exemplo e este é assim internalizado, então a reprodução daquele exemplo tende a ser positiva.

Com a questão ética não é diferente. A pessoa que afirma que usa seus próprios princípios para suscitar a questão ética, ela está afirmando ser uma pessoa detentora de virtudes éticas. Em outras palavras, entendemos que o professor que declara que trabalha a ética dando o exemplo da pessoa ética que ele afirma ser, nos permite pensar que aquele carrega em sua bagagem humana princípios e virtudes de humanização, e que estes, são dignos de serem copiados, repetidos e propagados. O fato é que não basta dizer que é ético. O mais importante é agir eticamente.

E como já abordamos anteriormente, o sujeito ganha em referência e identidade quando seu discurso corresponde às suas ações. Assim, se os professores de EF que afirmaram no questionário que trabalham a ética através do exemplo, deduz-se que suas ações ratificam suas narrativas.

Não podemos esquecer que ética tem um teor de subjetividade considerável, isto é, o que é ético para uma pessoa pode não ser para outra, e desconsiderar isso por si só já é antiético, inclusive para aquele que se coloca como exemplo. Então, quando um professor se autodefine como exemplo de ética, concluímos que ele leva

isso em conta, isto é, o que é ético para ele, pode não ser para o seu aluno. E isto deve ser instrumento para o debate acerca da ética.

Portanto, afirmar que o que é ético para uma pessoa pode não ser para a outra não significa defender um relativismo absoluto, mas convoca o sujeito a sempre buscar uma escuta ampliada e uma "leitura" da realidade a fim de construir com o outro acordos provisórios em prol de uma "cidade feliz" (ARISTÓTELES, 2007, p. 36).

No que tange à segunda categoria, "Ética enquanto debate e discussão", ela retrata o que temos insistido durante todo o nosso trabalho, ou seja, a necessidade de abordar a questão ética na sala de aula. E é isto que os professores que deram as respostas inseridas nesta categoria ratificam. Discutir e debater ética concomitantemente à transmissão do conteúdo é a ratificação da presença daquele tema na formação do estudante.

Os documentos oficiais aos quais já nos referimos anteriormente, quais são, a Resolução CNE/CES nº 7/2004 e o PPC do Curso de Bacharelado em EF, determinam isso repetidas vezes. Só para citar um exemplo, o primeiro, por questão hierárquica, estabelece que o segundo paute sua construção levando em consideração "princípios éticos" (artigo 5º). E esse atende à determinação e já nos objetivos afirma balizar o curso em cima de "ditames éticos" (PPC, 2012, p. 11).

Daí defendemos que, se o projeto político do Curso, no nosso caso, Bacharelado em EF, é, como o próprio nome diz, "do curso", então o debate e a discussão das questões éticas relacionadas aos conteúdos é atribuição de todas as áreas que constituem o curso (Lazer, Saúde e Esporte) e suas distribuições (Disciplinas Obrigatórias, Optativas, Estágios, Atividades Complementares, Iniciação Científica, etc.).

A última categoria que construímos foi Ética como regras de comportamento. O que nos levou a denominá-la assim é porque percebemos que mais de um professor ouvido conferiu à questão ética uma função de manipulação muito perigosa. Isto nos soou por demais deturpado no que diz respeito ao que representa o debate ético. Ética não é seguir diretrizes; Ética não é comportamento adequado; Ética não trata de aspectos listados. Percebemos aqui um excessivo reducionismo do que vem a ser Ética. Afinal de contas, o que seria ética? Uma resposta plausível é do filósofo que está dialogando conosco neste trabalho, a saber, Aristóteles.

Aristóteles traz uma reflexão acerca do fim último do ser humano. Em livre interpretação, é como se ele perguntasse o que estamos fazendo aqui. Qual é a finalidade de estarmos aqui? Para que existimos? E ele mesmo responde: “para sermos felizes” (ARISTÓTELES, 2007, p. 98).

Só que a felicidade à qual o pensador grego se refere perpassa, afirma ele, por princípios virtuosos, pela ação justa, pela prática do bem. Aqui sim, estamos falando da questão ética. Então, que tal se ao invés de pensarmos ética como diretrizes, comportamentos adequados, etc., estabelecêssemos o debate da ética nos conteúdos transmitidos nas aulas?

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo neste trabalho foi tentar entender a ética no Curso de Bacharelado em EF: sua importância, suas características, como ela acontece na formação e como o corpo docente lida com a questão. Como já dissemos, a discussão acerca da ética não tem a intenção de solucionar problemas, mas reconhecê-la como parte integrante do mundo acadêmico por tratar-se de um componente ativo no processo de humanização.

A humanização é uma construção social que acontece no decorrer da vida, com base na questão cultural, principalmente. Todo indivíduo tem potencialidades que precisam ser desenvolvidas e exercitadas. Com a ética não é diferente. O frequente agir virtuoso ratifica o bom caráter e corrobora no estabelecimento do sujeito ético.

Nessa busca pela compreensão da abordagem da ética no curso de EF utilizamos como recurso metodológico a análise documental. Para tanto, nos debruçamos em cima da Resolução CNE/CES nº 07/2004, no PPC do curso. O detalhe é que tais documentos são marcos historicamente estabelecidos no tempo passado, apesar de suas atemporalidades. Então, sentimos a necessidade de construir uma forma de atualização documental.

Foi quando decidimos criar o questionário, o qual nos possibilitou estabelecer o diálogo entre o que trazem os documentos legais e o que dizem os docentes. Se por um lado, ousamos na formatação desse novo instrumento, por outro, conseguimos ouvir o corpo docente, segmento entendido por nós como indispensável na formação acadêmica.

Nosso questionário foi composto por três perguntas. Na primeira delas, buscamos compreender o entendimento dos professores acerca da ética. E percebemos que o grupo de professores aproximava o conceito de ética do conceito de moral. Enquanto uns sinalizaram uma sinonímia entre os termos, outros enxergavam a ética com uma função questionadora. E teve ainda aqueles que concebiam o tema num sentido mais específico.

Então, resolvemos categorizar as respostas e construímos três categorias: Ética como Estudo e questionadora da Moral; Ética como Moral; e Ética como Conceito restrito. Essa categorização tornou o debate mais dinâmico e conferiu objetividade e clareza ao diálogo textual.

Na segunda pergunta, procuramos saber do professor como ele via a importância da ética na formação do bacharel em EF. E mais uma vez usamos como recurso metodológico a categorização. Já que o corpo docente ora via a ética associada à formação profissional/legislação e ora permitia entender o tema como importante na humanização do aluno, decidimos estabelecer as seguintes categorias: Ética e Formação profissional, Ética como ente Humanizador; e Ética e Legislação. Mais uma vez a categorização foi uma grande aliada para a fluidez do debate e facilitação da compreensão do que intencionávamos discutir.

Na primeira categoria (Ética e Formação Profissional), optamos por assim denominá-la, pois as respostas dos docentes nos permitiram entender uma relação direta e objetiva da necessidade da inserção da discussão ética na formação do estudante de EF. Na segunda categoria (Ética como Ente Humanizador), percebemos um aprofundamento na relação entre ética e formação, pois ousamos deduzir que, além de ser importante na vida acadêmica do futuro profissional de EF, a abordagem da ética surge com a função de colaborar com a humanização daquele profissional.

Já a terceira categoria (Ética e Legislação), onde agrupamos as respostas que entendemos relacionar a ética a códigos de leis, regras ou normas, visualizamos um reducionismo acerca da importância da discussão ética na graduação em EF. A construção ética do sujeito não se restringe ao cumprimento de documentos legais. Ela é anterior a isso. E anterior também à sua formação profissional.

Por fim, na terceira pergunta, objetivamos saber como os professores trabalham a dimensão ética na(s) disciplina(s) que leciona(m). E aí, seguindo o modelo das perguntas anteriores, elencamos as seguintes categorias: Ética pelo exemplo, Ética enquanto debate e discussão e Ética como regras de comportamento. Elas retratam, de forma agrupada, a essência das respostas e permitiram um debate mais vigoroso.

Entendemos que âmbito acadêmico, a organização curricular, os planos de ensino e de aula e até mesmo a prática docente precisam ratificar a sua função e o seu papel de humanizadora e visualizar a ética como dimensão fundamental na formação profissional dos estudantes. E para os estudantes de EF não é diferente. A questão ética está determinada nos documentos legais e orientadores do curso (Resolução 07/2004 e o PPC/2012) como item a ser integrado ao currículo.

Ousadia ou não, encaramos este trabalho como um campo de estudo passível de ser enriquecido de aprofundamento acadêmico, a ser agregado incursões teóricas das mais diversas áreas de conhecimento, mas sempre com foco na humilde intenção de contribuir qualitativamente para a formação do profissional em EF.

Acreditamos que esse estudo pode ser potencializado futuramente na medida em que aconteça o diálogo com os sujeitos do curso, tendo como ponto de partida a preocupação com a presença do debate ético na construção do novo currículo de EF, a ser implementado em 2021.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia A.; MARTINS, Maria H. P. **Filosofando:** introdução à filosofia. 2º ed. São Paulo: Moderna, 1993.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2007.

ARISTÓTELES. **Tópicos, Dos Argumentos Sofísticos, Metafísica, Ética a Nicômaco, Poética**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394/96. Lei de **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7, de 31 de março de 2004. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena**. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação: Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 0058, de 18 de fevereiro de 2004**. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação: Brasília, DF, 2004b.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** 16 ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

CONFEF. Resolução nº 307/2015. **Dispõe sobre o Código de Ética dos Profissionais de Educação Física**. Rio de Janeiro, RJ, 2015.

FERREIRA, Adriano R. **Reflexões: a ética aristotélica para a ética na sociedade brasileira atual.** Disponível em: https://administradores.com.br/artigos/reflexoes-da-etica-aristotelica-para-a-etica-na-sociedade-brasileira-atual. Acesso em 02 de novembro de 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. 30 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 1996.

FURTADO, Irineu W.; FURTADO, Sabrina. Ética e formação inicial em educação física no estado de Santa Catarina: panorama dos cursos existentes. **FIEP Bulletin**. v. 81, n. Esp., p. 512, 2011.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PEGORARO, Olinto A. **Ética e justiça**. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

PORFíRIO, Francisco. **Ética:** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/o-que-etica.htm>. Acesso em 20 março de 2020.

PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR do Curso de Educação Física Bacharelado da Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: < http://www.cefd.ufes.br/sites/cefd.ufes.br/files/field/anexo/ppc_bacharelado.pdf>. Acesso em 22 de junho de 2020.

SCHUH, Claudia M.; ALBUQUERQUE, Isabella M. A ética na formação dos profissionais da saúde: algumas reflexões. **Revista Bioética**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 55-60, 2009.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

ANEXOS

ANEXO A –

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado para participar, como voluntário, de uma pesquisa denominada: A abordagem Ética nas disciplinas do curso de Educação Física (Bacharelado), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

O objetivo do nosso estudo é compreender como á ética é tratada no curso de Bacharelado em Educação Física da UFES, além de verificar a abordagem dada a ela no Projeto Político do Curso e nos programas/ementas das disciplinas; e ainda, investigar se os professores realizam alguma discussão ética nas disciplinas que ministram. O estudo da ética não surge com a intenção de solucionar problemas, mas reconhecê-la como parte integrante do mundo acadêmico, pois como já foi dito, trata-se de um componente ativo no processo de humanização.

A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Além disso, informamos que você não terá despesas nem será remunerado pela participação nesta pesquisa. De todo modo, caso haja alguma despesa de qualquer natureza com participação na pesquisa, você será totalmente ressarcido.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder algumas perguntas em forma de entrevistas semiestruturadas. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Todavia, explicitamos a garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, conforme Resolução nº 466 do Conselho Nacional de Saúde. Já os benefícios relacionados com a sua participação estão relacionados à possibilidade da abertura de debates entre os participantes envolvidos, bem como, a ampliação da produção teórica com possíveis reflexões no campo acadêmico e da formação de bacharéis.

Esse TCLE possui duas vias, sendo que uma ficará em posse do pesquisador e você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço institucional do pesquisador e do comitê de ética desta instituição, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou em qualquer momento. A sua via do TCL deverá estar assinada e rubricada por você e pelo pesquisador.

Para qualquer tipo de esclarecimento entrar em contato com:

Orientador: Ueberson Ribeiro de Almeida. Tel: (27) 4009/7676 e com o pesquisador Alvimar Jorge Guedes. Tel: (27) 99809-0579

Universidade Federal do Espírito Santo - Centro de Educação Física e Desportos - Laboratório de Estudos em Educação Física. Av. Fernando Ferrari, 514 Campus Universitário Goiabeiras Vitória – ES. CEP: 29075-810 Tel: (27) 3335-7676 / (27) 4009-7676

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “A abordagem da Ética nas disciplinas do curso de Educação Física (Bacharelado), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)”. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador Alvimar Jorge Guedes sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade para ambas as partes.

Local e data: _____. _____/_____/2019

Nome: _____

Assinatura do participante: _____

Assinatura do pesquisador responsável: _____

ANEXO B –

Questionário

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
EDUCAÇÃO FÍSICA – BACHARELADO
2019

Prezado Professor,

Estou construindo o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob orientação do Professor Dr. Ueberson Ribeiro. Minha intenção é compreender como a Ética é tratada no curso de Bacharelado em Educação Física. Meus instrumentos de trabalho são a Resolução 07/2004, O Projeto Político/Pedagógico do Curso (PPC), as ementas das disciplinas e a escuta dos docentes. Para tanto, solicito sua colaboração respondendo às perguntas abaixo. Muito Obrigado pela atenção!

FORMAÇÃO ACADÊMICA

( ) Graduação Curso/Área:_____

Instituição: _____ Ano de conclusão_____

( ) Mestrado Curso/Área:_____

Instituição: _____ Ano de conclusão_____

( ) Doutorado Curso/Área:_____ _____

Instituição: _____ Ano de conclusão_____

( ) Pós-doutorado Curso/Área:_____

Instituição: _____ Ano de conclusão_____

Outros Cursos que considera relevantes em sua formação (especializações, aperfeiçoamento, etc)

_____
_____
_____
_____
_____

Perfil acadêmico do Docente (curso de graduação / onde? / quando? / mestrado / doutorado?)

_____
_____
_____
_____
_____

Disciplina(s) que leciona no curso de Bacharelado do CEFD

_____
_____

1) Qual é o seu entendimento acerca da Ética? (Ou seja, o que é Ética para o Sr/Sra.?)

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

2) Para o Sr./Sra qual a importância da Ética na formação do bacharel em Educação Física?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

3) Como o Sr./Sra trabalha a dimensão Ética na sua na sua disciplina? Por quê?

_____
_____
_____
_____

APÊNDICE

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ARQUEOLOGIA DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS E CURRICULARES DE SAÚDE E EDUCAÇÃO FÍSICA: práticas pedagógicas em contextos escolares e não-escolares

Pesquisador: UEBERSON RIBEIRO ALMEIDA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 79261115.0.0000.5542

Instituição Proponente: Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito

Patrocinador Principal: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.542.614

Apresentação do Projeto:

Faz uma arqueologia, nos termos foucaltianos, do conceito de saúde postulado nas políticas governamentais de saúde articulado às práticas corporais/ atividade física e nos documentos que orientam e/ou são considerados Referenciais Curriculares para a Educação Básica, especificamente, onde estes buscam normatizar o trato didático-pedagógico da saúde para a Educação Física Escolar. Analisa também como os

professores de Educação Física Escolar e aqueles que trabalham em espaços não-escolares lidam com tais normatizações e operam com o cuidado e formação em saúde na atividade cotidiana. Composto por duas etapas, o estudo opera metodologicamente na primeira etapa com pesquisa bibliográfica com base documental. Na segunda etapa, a qual se constitui como estudo de campo, orienta-se por princípios da cartografia. Poderá contribuir com o preenchimento de uma importante lacuna existente no campo da EF no que toca ao debate sobre a ampliação do conceito de saúde nas políticas governamentais para o campo da saúde e educação e suas interferências nos contextos de trabalho de professores e profissionais de Educação Física.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Mapear como o conceito/entendimento de saúde tem sido normatizado pelos Referenciais Curriculares Estaduais da Educação Básica, especificamente, para o componente curricular

Educação Física. Pretende analisar as políticas governamentais de saúde e suas relações com as práticas corporais/atividade física, bem como busca investigar como os professores de Educação Física Escolar e aqueles que trabalham em espaços não-escolares lidam com tais normatizações e operam com o cuidado e a formação em saúde na atividade cotidiana.

Objetivos Secundários:

a) Identificar como os Referenciais Curriculares Estaduais normatizam a saúde para a escola e, especificamente, para as aulas de Educação Física;

b) Mapear e levantar dados sobre os conceitos de saúde (entendimento de saúde) contidos nas Políticas de Públicas de Saúde brasileiras e suas relações com as práticas corporais e atividade Física;

c) Analisar as interfaces entre o conceito de saúde contidos nas Políticas Públicas de Saúde e nos Referenciais Curriculares Nacionais e Estaduais
da Educação Básica;

d) Compreender as bases epistemológicas e teórico-filosóficas que sustentam os conceitos de saúde postulados nas Políticas de Saúde e nos Referencias Curriculares;

e) Analisar como professores de EF escolar e aqueles que atuam em espaços não-escolares lidam com as prescrições e desenvolvem a atividade de cuidado.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos podem ser perspectivados como a possibilidade de uma avaliação e/ou exposição negativa da prática profissional. Para evitar os danos que tais riscos podem causar, o pesquisador garante o anonimato dos participantes, bem como compartilhará e validará todos os dados e análises com os participantes da pesquisa antes de publicá-los.

Quanto aos benefícios, a pesquisa poderá contribuir com dados para abrir o debate acerca da intersetorialidade entre Educação e saúde. Também poderá auxiliar a diminuir a distância entre o que se prescreve nas políticas de saúde e curriculares e a atividade profissional. O material mapeado poderá ser disponibilizado em bases de dados para consulta de outros pesquisadores.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa está bem fundamentado do ponto de vista teórico e metodológico. Os pesquisadores envolvidos são experientes em relação ao objeto de estudo proposto. A primeira fase da pesquisa (etapa bibliográfica-documental) já foi realizada e o cronograma é compatível

para realização da segunda fase (pesquisa de campo).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo de pesquisa apresenta os itens exigidos pelo Conep/Cep. O TCLE possui uma linguagem clara e objetiva, com os pontos necessários para assegurar a integridade física e moral dos participantes: apresentação, objetivos e procedimentos; riscos e benefícios; direitos e garantias; indenização e ressarcimento; assim como contatos para sanar eventuais dúvidas ou realizar possíveis denunciais.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está apto para iniciar a sua fase de campo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado por esse comitê, estando autorizado a ser iniciado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_597973.pdf	09/01/2018 01:21:59		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.docx	23/10/2017 16:52:37	UEBERSON RIBEIRO ALMEIDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	23/10/2017 16:49:14	UEBERSON RIBEIRO ALMEIDA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	05/09/2017 10:29:20	UEBERSON RIBEIRO ALMEIDA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITORIA, 14 de Março de 2018

Assinado por:
Fabiana Pinheiro Ramos
(Coordenador)

Endereço: Av. Fernando Ferrari,514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com